

Guerra, Morte Resistiremos ao canto das sereias contemporâneo?

*Betty B. Fuks**
*Caterina Koltai***

Resumo

Assiste-se hoje ao curso de duas guerras que estão na iminência de se tornarem globais. Essa triste realidade convoca as autoras a colocar em primeiro plano a impossibilidade de separar o inconsciente do campo social e político para retornar ao pensamento de Sigmund Freud sobre a guerra e sua reação com a aliança entre o progresso e a barbárie. A partir daí, considera-se a possibilidade de traçar uma trajetória ético-política capaz de fazer frente à violência da pulsão de destruição e sua crueldade.

Palavras-chave: GUERRA; PULSÃO DE DESTRUIÇÃO; CRUELDADE; PROGRESSO TÉCNICO-CIENTÍFICO; ÉTICA DA PSICANÁLISE.

War, Death Will we resist the siren song?

Abstract

We are currently witnessing two wars that are on the verge of becoming global. Convoled by this sad reality, we bring to the forefront the impossibility of separating the unconscious from the social and political field, returning to Freud's thinking on war and his reaction to the alliance between progress and barbarity. From there, we consider the possibility of tracing an ethical-political trajectory capable of confronting the violence of the destruction drive and its cruelty.

Keywords: WAR; DESTRUCTIVE DRIVE; CRUELTY; TECHNICAL-SCIENTIFIC PROGRESS; ETHICS OF PSYCHOANALYSIS.

Guerre, Mort Pourrions-nous résister au chant des sirènes contemporain ?

Résumé

Nous assistons en ce moment à deux guerres qui sont dans l'imminence de devenir globales. Convoquées par cette triste réalité nous affirmons en premiers lieu qu'il est impossible séparer l' inconscient du champ social pour retourner ensuite à la pensée freudienne sur la guerre, et sa réaction face à l'alliance qui c'est établies entre progrès et barbarie. Ceci nous amènera à essayer de tracer une trajectoire éthico politique capable de faire face à la violence de la pulsion de destruction et sa cruauté.

* Psicanalista. Doutora e Comunicação e Cultura (ECO/ UFRJ). Professora do Programa de Pós-graduação em Psicanálise, Saúde e Sociedade. Universidade Veiga de Almeida (UVA/RJ)

E-mail: betty.fuks@gmail.com

ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0002-5325-7382>

** Psicanalista. Socióloga (Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne). Professora aposentada do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

E-mail: caterinakoltai@gmail.com

ORCID Id: <https://orcid.org/0009-0004-0984-6763>

Mots-clés: GUERRE, PULSION DECESTRUCTION, CRUAUTÉ, PROGRÉS TECNICO-SCIENTIFIQUE, ÉTHIQUE DE LA PSYCHANALYSE

Prólogo

Perdoem-nos pelo lugar comum ao darmos início a esse artigo, lembrando uma passagem bastante conhecida de “O mal-estar na cultura”, na qual Freud identifica três fontes do sofrimento humano. Depois de nomear as duas primeiras - o corpo, destinado a decadência; a natureza com sua força destrutiva - e reconhecer os avanços e os limites impostos ao ser humano em vencê-las; classifica a terceira fonte - o social - como aquela que mais nos decepciona, visto que os falantes são continuamente malsucedidos nos dispositivos de prevenção contra o sofrimento. Em seguida, ele confessa suspeitar que por detrás desse estado de coisas, “poderia estar uma parte da natureza invencível de nossa própria constituição do psiquismo” (Freud, 1930/2020, p. 332-333).

Com que rapidez os fatos confirmaram sua suspeita! Dez anos depois de enunciada, no coração da modernidade, eclode a mais mortífera das guerras de todos os tempos – a Segunda Guerra Mundial –. A guerra, o conflito organizado para alcançar objetivos políticos, ideológicos, econômicos ou territoriais, é a prova mais cabal da violência pulsional que não cessa de destruir, em seu sentido mais radical, todos os esforços possíveis feitos para assegurar o convívio linguageiro, o diálogo pacífico entre os seres falantes. Assim circunscrita, a facticidade da relação entre os humanos expressa sobretudo a possibilidade de eclosão do conflito armado, em qualquer tempo histórico.



Faith Ringgold : *American People Series #20: Die* (1967) | MoMA

Hoje assistimos a inúmeras guerras locais, que nunca deixaram de existir – por exemplo, no continente africano, no asiático e até mesmo no Brasil, contra os povos originários, há mais de 500 anos. Também estão em curso dois grandes conflitos armados - Leste da Europa e Oriente Médio - que têm tudo para se tornarem globais. Em ambos, mais uma vez, de novo, tomando de empréstimo as palavras de Nathalie Zalzman (2007), ao referir-se aos horrores perpetrados pelos nazistas durante a guerra, o humano deixa de ser humano para um outro ser humano, ou seja, fica reduzido a uma coisa estranha. O poema-oração de Primo Levi que consta na epígrafe de abertura de seu livro de mesmo título, *É isso um homem?* é um testemunho contundente do processo de desumanização

do homem na “coisa nazista” (Levi, in Freitas Santos, 2014, p. 68-70) - o *Lager* [campo de concentração].

É isso um homem? Vocês que vivem seguros em suas cálidas casas, vocês que, voltando à noite, encontram comida quente e rostos amigos, / pensem bem se isto é um homem que trabalha no meio do barro, que não conhece paz, que luta por um pedaço de pão, que morre por um sim ou por um não. Pensem bem se isto é uma mulher, sem cabelos e sem nome, sem mais força para lembrar, vazios os olhos, frio o ventre, como um sapo no inverno / Pensem que isto aconteceu: eu lhes mando estas palavras [...] (Levi, 1988, p. 9).

Palavras desoladoras. Elas traduzem a amarga experiência que tornou possível o impossível em laboratórios de de-subjetivação, os campos de extermínio: em cada um deles, seres humanos despossuído da capacidade de interagir no espaço público, lutavam pela sobrevivência num meio em que ele próprios em nada contavam. Aos “muçulmanos”¹, reduzidos à existência meramente biológica, cadáveres ambulantes à espera da morte, era negado o direito de qualquer expressão subjetiva.

Não podemos deixar de nos angustiar, diante do retorno à cultura/civilização, em pleno século XXI, das evidências de um processo de desumanização do Outro, ainda que aparentemente as guerras atuais utilizem outras ferramentas, que não as do espaço concentracionário, para submetê-lo à morte. No que diz respeito à guerra na Ucrânia, pode-se dizer que trouxe de volta o conflito para o coração do velho continente, lá onde as guerras mundiais haviam começado, mas onde tantos delas já se haviam esquecido. Oficialmente, a guerra tem início em fevereiro de 2022, quando um país soberano, a Ucrânia, foi atacado por outro, a Rússia. Essa novidade antiga que ressurgiu no século XXI, tem algo de ao mesmo tempo familiar e de nunca visto, uma mistura de velhas e novas imagens do horror, guerra hiperbólica, dominada pela indústria e tecnologia. O presidente Vladimir Putin diz fazer a guerra para proteger Rússia da expansão da OTAN, utilizando como pretexto a defesa da soberania do Donbass, uma região de minas e carvões e campos de girassóis. Vem forçando a renúncia do Presidente Volodymyr Zelensky com vistas, ao que tudo indica, a dominar o povo ucraniano e submetê-lo aos seus interesses geopolíticos. As coisas não seguem, porém, o rumo da conquista rápida e certa imaginada por Putin: o conflito tornou-se uma *guerra total*², seguindo, assim, o modelo das duas grandes guerras do século passado – a mais absoluta mobilização de recursos da população civil no esforço de guerra e indiscriminação entre militares e civis nos ataques ao inimigo.

Quanto ao conflito no Oriente Médio, um novo e hediondo crime foi cometido em 7 de outubro de 2023 pela organização política-militar Hamas contra a população civil de Israel. Mulheres foram sexualmente abusadas, bebês degolados, crianças assassinadas na frente de seus pais e pais na frente de seus filhos e dezenas de seres humanos sequestrados independentemente da faixa etária: foi este o saldo final do ataque terrorista. Os sequestradores assassinos tentaram criar um efeito de sideração por meio da exibição e difusão de imagens da crueldade e destruição em jogo no ato bárbaro. Desde então, o Primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, instituiu numa estratégia feroz de combate aos inimigos, sobre o pretexto de acabar com a organização político-militar do Hamas, cujo quartel-general se encontra estrategicamente escondido em túneis subterrâneos construídos abaixo de casas, hospitais e igrejas. O povo palestino vem sendo submetido a um processo de colonização e desumanização por parte dos dois lados. Em outras palavras, o resultado catastrófico dessa guerra total recai sobretudo na população civil de Gaza. A campanha de varrer da terra o Hamas já assassinou milhares de palestinos, sendo que apenas um terço eram soldados.

À luz do que precede, parece-nos que estamos mergulhados num tempo histórico muito semelhante ao que obrigou Freud a reconhecer com espanto, em sua fuga de Viena, então tomada pela violência ideológica da raça pura, endossada pela racionalidade do pensamento científico, para Londres: “Vivemos numa época particularmente curiosa. Descobrimos com espanto que o progresso selou uma aliança com a barbárie” (Freud, 1939/2014, p. 89). Sem dúvidas!

A guerra no Oriente Médio vem-se expandindo numa velocidade apavorante. O conflito regional Israel-Hamas-Hezbollah parece anunciar no horizonte o pior: a Terceira Guerra Mundial. Uma nova era na sabotagem: a tecnologia a serviço de transformar dispositivos comuns em granadas em larga escala. As bombas israelenses instaladas nos *paggers* e outros dispositivos sem fio como *walkie-talkies* usados pelo Hezbollah, aparentemente no intuito de restaurar a reputação de suas agências de inteligência, elevou a sabotagem eletrônica a novos e cada vez mais assustadores patamares, convertendo dispositivos de comunicação comuns em granadas miniaturas.

Se durante a Segunda Guerra, a razão científica foi fartamente utilizada, de maneira cruel e implacável, na função de desprover a vida humana, como dito acima, de qualquer traço de dignidade, em nosso tempo, somam-se ao progresso armamentista tecnológico de nosso século - armas nucleares e inteligência artificial em sistemas de defesa - outros instrumentos de morte. Eles assombram e acentuam as tendências contemporâneas de submeter o ser humano ao domínio do outro, transgredindo as leis da guerra como por exemplo a distinção entre combatentes e não combatentes. Estamos, mais uma vez, diante da precariedade da vida humana.

Não poderíamos tentar situar melhor a presença da aliança progresso/barbárie em nosso tempo, do que voltando à obra “O mal-estar na cultura” e servindo-nos da análise original e certa que o autor nos oferece, principalmente porque, como ressalta Alain Badiou em *Antropologie de la guerre* (2010), Freud não se restringe nem ao elogio à cultura, nem tampouco à queixa sobre declínio ou nostalgia de seu esplendor, ao contrário de tantos outros autores que lhe são contemporâneos. Abstendo-se de idealizar a cultura e transformá-la no motor incondicional do progresso e da felicidade humana, por questionar justamente tais certezas, pôde enfrentar a seguinte aporia: a cultura expõe-nos ao sofrimento, alimentando e incrementando o uso da força bruta e, ao mesmo tempo, ela nos protege promovendo os meios pelos quais podemos alcançar a minorar o “mal-estar” estrutural entre os humanos. Estrutural porque sempre atual.

Nesse ponto, seria preciso formular a seguinte questão: quais são os meios pelos quais a Psicanálise, para além de se constituir como método clínico e dessa experiência extrair a teoria, a metapsicologia, individual e coletiva, poderia alcançar traçar uma trajetória ético-política que incida sobre a natureza invencível do psiquismo humano - a destruição do Outro?

Com efeito, de todas as formas, a psicanálise, uma prática que reconhece o humano enquanto ser de linguagem e fala, legítima a ideia de que os seres humanos são políticos. Jacques Lacan logrou sintetizar essa realidade epistêmica na máxima “O Inconsciente é a política” (Lacan, 2024/1966-67, p. 267). Anteriormente, ele próprio já havia feito uma importante articulação entre psicanálise e política: quem não puder “alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época” (Lacan, 1953/1988, p. 322), que renuncie a praticar a psicanálise. À luz dessa afirmativa, compreende-se que o axioma “O inconsciente é a política”, reafirma a impossibilidade de separar o inconsciente do campo social e político, justamente porque o *Unbewusste* está enodado nas estruturas simbólicas que organizam a sociedade e moldam as formações do desejo e da subjetividade.

Pulsão de morte, pulsão de destruição, crueldade

Datam do início da Primeira Grande Guerra, as bases do pensamento psicanalítico sobre a Guerra. Freud, acometido por um forte sentimento de perplexidade e desilusão diante da desrazão que afluía no coração da civilização moderna, indagava-se atônito: por que todas as conquistas intelectuais e científicas da cultura moderna não foram suficientes para diminuir a violência e a destruição entre os homens? Com um tom de profunda descrença no poder de liderança das nações mais avançadas técnica e cientificamente, e profundamente decepcionado com intelectuais e cientistas que, então, demonstravam uma clara afinidade para com o infernal, transpõe para o papel suas reflexões sob o título, "Considerações contemporâneas sobre a guerra e a morte" (1915/2020). Em seguida, articulou esses dois eixos temáticos à atitude do sujeito do inconsciente para com a morte, criando, assim, condições para pensá-los, exclusivamente, a partir da teoria, a metapsicologia.

Seu objetivo não era o de tentar explicar a guerra, como o fizeram importantes filósofos da guerra ao longo da História até então, mas, ao revés, escrutinar a violência e o desejo de destruir que a animam, como realidades do psiquismo e disso extrair consequências teóricas. A lógica de sua argumentação - baseada na experiência clínica que lhe abriu as veredas do inconsciente e que fez da pulsão o limite de sua disciplina - foi precisa: se, no homem, amor e ódio intensos convivem conflitantes (ambivalência de sentimentos), e as pulsões são aquilo que são - nem boas nem más, dependendo do destino que seguem na história do sujeito e da cultura, então a guerra, a ruptura dos laços sociais e a destruição entre nações, povos e comunidades, não são apenas momentos efêmeros, fadados à superação no futuro. Muito ao contrário, são acontecimentos implacáveis que incorporam um elemento radicalmente político-social no curso da História (Fuks, 1987).

Moral da história: é impossível erradicar o Mal. Mesmo porque alguns impulsos considerados maus são de natureza primitiva. Por exemplo: não existe sujeito sem uma boa dose de agressividade; o que é bem diferente das manifestações que ocorrem no registro da agressividade não erotizada tais como o incesto, o assassinato e o extermínio. De acordo com o mito do assassinato do Pai exposto em *Totem e Tabu* (1913/2013), direito e lei são originários de transformações da violência, significante que deixa a psicanálise exposta a um feixe de contradições: se, de um lado, o termo violência é usado para designar justamente a base dos laços sociais e os movimentos culturais mais amplos e superdeterminados; de outro, indica a presença bruta e desagregadora que ocorrem nas operações destrutivas, e outras assemelhadas, que sistematicamente inundam a civilização de sangue e dor.

Assim, Freud conseguiu ir além de uma simples observação dos fenômenos guerra e morte no texto de 1915. Isso nos permite ler nas entrelinhas o quanto o autor já se indagava sobre a parcela indomável do psiquismo responsável pelo mal-estar social. Na prática, as diferentes intensidades com que as forças destrutivas se manifestavam na segunda década do século XX, levaram-no a desconstruir a fantasia de "superioridade" moral das civilizações mais avançada sobre as mais primitivas; e a defender certa unidade da espécie: o homem moderno e o selvagem das cavernas podem ser igualmente bárbaros, cruéis e malignos. Adverte Freud, porém, que as sociedades primitivas são profundamente mais éticas do que as modernas. A dessacralização da morte promulgada na modernidade faculta aos seres humanos se desresponsabilizarem do ato de matar o outro inimigo, o que impede o trabalho de luto por meio de um conjunto de práticas cerimoniais que têm por função expiar a culpa (Freud, 1915/2020).

O filme de M. Scorsese, *Gangs de Nova York*, ilustra muito bem a primeira situação. O açougueiro, personagem violento, primitivo, mas não desprovido de uma concepção particular de valor e honra, enquanto chefe da gang nativista, mantém presente

a lembrança do arqui-inimigo - o chefe da gangue de imigrantes irlandeses que ele próprio matara numa operação guerreira. É o que se depreende das cenas em que, endereçando o olhar para o retrato do morto, o açougueiro, reverencia as virtudes e qualidades do inimigo. O cuidado que dispensa ao filho do morto, acusa a singularidade ética de preservar, numa sociedade de iguais, o lugar da alteridade. Já o filme de Roman Polanski, *O pianista*, exemplifica a diferença de um pacto social que exclui o Outro através do descaso pela morte que aparece no cerne da invenção do extermínio. Ao reproduzir em seu filme a famosa foto do general Jurgen Stroop, da SS nazista, tomado pelo gozo olhando com escárnio e desdém para o Gueto de Varsóvia a arder, o cineasta polonês congela o espírito mesmo de um tempo marcado pela tecnologia moderna da morte que, talvez, conduza à extinção do que hoje conhecemos como raça humana. O que é certo é que a invenção moderna do extermínio em massa figura o ato de destruição da vida, após negar a questão do seu sentido – assassinato da ordem simbólica – matando a própria morte.

Cinco anos depois de suas ter publicado suas considerações sobre a guerra e a morte, Freud enuncia - em base aos sonhos apresentados por soldados que voltavam do *front* e aos fenômenos clínicos que lhe revelaram, a existência de algo da ordem da compulsão à repetição, na qual aquilo que se apresenta não poderia ser fonte de prazer, o conceito que batizou com três nomes: pulsão de morte, pulsão de destruição, pulsão de agressão (Freud, 1920/2020). Designa de pulsão de morte, a força que coage o humano a sair dos limites da vida, isto é, como Lacan apontou, estar à “margem para além da vida que a linguagem assegura ao ser pelo fato dele fala, 1966/1998, p. 817). Nesse novo contexto teórico, quando não fusionada à pulsão de vida, ela, a pulsão de morte, se apresenta como pulsão de destruição. Destruição pela destruição. Ou, como Jacques Derrida insiste, pelo que dessa pulsão deriva: a crueldade sangrenta, seja uma ação política ou militar, e a crueldade sem qualquer “ligação com o derramamento de sangue, a que designa o desejo de *fazer sofrer* (sadismo) ou de se *fazer sofrer* por sofrer” (masoquismo) (Derrida, 2005, p. 5) a crueldade sem alibi, isto é, o prazer com o sofrimento sem justificativa instrumental” (Silva Júnior, 2023, p. 15).

Sobre o desejo de fazer sofrer e ou o de se fazer sofrer, vale a pena ler a seguinte passagem de “O mal-estar na cultura” na qual Freud inicia lembrando ao leitor que o ser humano não tem uma natureza pacata, ávida de amor, nem tampouco abre mão de sua poderosa inclinação para a agressão.

Em consequência disso o seu próximo, não é, para ele, apenas um possível colaborador e um objeto sexual, mas é também uma tentação de com ele satisfazer a sua tendência à agressão, de explorar asua força de trabalho sem uma compensação, de usá-lo sexualmente sem o seu consentimento, de apropriar-se de seus bens de humilhá-lo, de causar-lhe dores de martirizá-lo e matá-lo”. *Homo homini lupus*. (Freud, 1930/2020, p. 363)

O fato de Freud ter considerado que nada poderia ilustrar melhor sua ideia a respeito da precariedade das relações entre os falantes, do que citar Plauto (254-184 A.C) – O homem é o lobo do homem -, não é sem consequências para leitores ávidos de encontrar as pistas à melhor apreensão da terceira fonte de sofrimento humano. Isso exige retroceder um tanto em sua obra, para apreender a extensão e os impactos da citação acima, na compreensão psicanalítica do sujeito, da cultura e da política. Suas raízes estão em “O tabu da virgindade”, ensaio em que Freud enuncia e define o “narcisismo das pequenas diferenças” como “a hostilidade que vemos em todas as relações humanas lutar com sucesso contra os sentimentos de união e vencer o mandamento do amor generalizado aos seres humanos” (Freud, 1918/2020, p. 164).

Pouco tempo depois da publicação desse ensaio, tendo como pano de fundo o cenário da formação dos laços sociais pós 1ª. Guerra Mundial e à sombra do nacionalismo alemão, que viria a ser implantado nos anos 1930, Freud eleva o “narcisismo das pequenas diferenças” à condição de conceito. É com essa ferramenta que passa a escutar os mecanismos psíquicos presentes na formação político-social da massa moderna. À diferença de outras formações grupais, que se mantêm coesas e numa relativa e inócua satisfação da agressividade dirigida ao Outro, a massa estrutura-se em torno da união dos idênticos e a permanente exclusão do estrangeiro (Freud, 1921/2020). Um estrangeiro que, na topologia lacaniana, se situa na extimidade, isto é, dentro da massa sob a forma de fantasma e fora dela como real. Assim, a palavra de ordem do Estado moderno aos cidadãos era reprimir a hostilidade e o ódio entre os idênticos e dirigir esses mesmos afetos à malvada alteridade. Movida, então, pelo ideal identitário encarnado na figura do líder a massa institui seu inimigo objetivo, usando aqui as palavras de Hannah Arendt em *As origens do totalitarismo* (2013), a quem pela própria condição de excluído, é destinado o ódio que a pulsão de destruição e sua crueldade dá vazão.

É nesse ponto, que o retorno da horda selvagem se fez presente em plena modernidade: os filhos/cidadãos reanimaram o cadáver insepulto do pai (na pessoa do Führer) e, com isso, como previsto desde *Totem e tabu*, provocaram a falência do sistema democrático e o porvir de seus múltiplos rostos. O horror ao não idêntico, ao estrangeiro à massa, foi a arma política do Estado totalitário que facultou à massa o assassinato da alteridade. A palavra do líder tirânico, o porta-voz da pulsão de destruição, passou a reduzir o Outro a um objeto ou um número dentro de uma totalidade¹. “Enlouqueceu”, deixando-se hipnotizar pelo discurso da linguagem do ódio ao não idêntico, aos não idênticos. O Estado foi transformado. Totalitarismo foi o regime instalado na Alemanha pouco anos depois da escrita de *Psicologia das Massas*, análise do Eu. Em suma, orquestrada pelo líder tirânico, o porta-voz da pulsão de destruição, o Estado foi transformado num objeto. Um arma com a qual se cometeu o “assassinato” da alteridade, uma vez que o Outro passa a ser visto apenas como objeto ou um número dentro de uma totalidade, conforme disse o filósofo Emmanuel Levinas na entrevista que concedeu a Philipp Nemo (1988), orquestrada pelo líder tirânico, o porta-voz do imperativo da pulsão de destruição.

Nessa situação de violência e destruição, o narcisismo das pequenas diferenças é levado ao paroxismo: “mesmo onde a [libido] surge sem propósito sexual, incluindo a mais cega fúria de destruição, não podemos ignorar que sua satisfação está conectada a um gozo [Genuß] narcísico extraordinariamente elevado, pelo fato de essa satisfação mostrar ao Eu a realização de seus antigos desejos de onipotência” (Freud, 1930/2020: 374-375). Um gozo que, de acordo à leitura de Jacques Lacan, é “um mal porque comporta um mal ao próximo”. E isso tem nome – é o que se chama além do princípio do prazer” (Lacan, 1966/1991, p. 225). Justamente, a pulsão de morte, o resíduo atrás de Eros que opera em silêncio e da qual deriva também a pulsão de agressão (Freud, 1930/2020), acusam a presença de satisfação sádica de fazer sofrer³. A intolerância ao Outro da diferença expressa no racismo, feminicídio, homofobia, transfobia, etnofobia (Fuks, 2007), acusa o gozo narcísico que se obtém no exercício de poder em guerras civis, característica de nossa época, e igualmente na Guerra.

Nesse sentido, a definição de guerra do general prussiano Carl von Clausewitz, na nota I de sua obra *Da guerra*, ilustra, com precisão, do que se trata a violência imposta pelo exercício do poder que visa à colonização e destruição do Outro. “A guerra é pois,

¹ Aqui tomo de empréstimo as palavras de Emanuel Levinas.

um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade” (Clausewitz, 2023, p. 7)

Embora essa articulação entre o discurso freudiano e o pensamento de Clausewitz, seja possível, o conceito de narcisismo das pequenas diferenças, enquanto eixo central da teoria psicanalítica da intolerância ao Outro, opera um giro na formulação mais conhecida do general – “*A guerra não é outra coisa senão a continuação da política de Estado por outros meios*” (Clausewitz, 2023, XCVI). Se esse aforisma significa que a guerra não pode ser entendida fora da política, o discurso freudiano, ao se debruçar sobre a matriz narcísica da formação política o “nós” e os “outros” inverte definitivamente, conforme faz notar Joel Birman, a fórmula clausewitziana: “*a guerra seria a matriz efetiva para se pensar no campo da política*” (Birman, 2024: 130). De fato, essa inversão, está de acordo com a tese central do ensaio “*Psicologia das massas, análise do Eu*” - texto premonitório da Segunda Guerra Mundial -, que pode ser resumida da seguinte maneira: a política de coação da violência e dos laços afetivos (as identificações) entre os membros de uma determinada comunidade, voltam-se sistemática e violentamente contra outras comunidades igualmente coesas⁴.

A posição do discurso freudiano em relação às políticas identitárias do século XX, esclarece-se definitivamente em *O homem Moisés e o monoteísmo*, a obra escrita durante a ascensão do III Reich. Ao construir a figura de Moisés, um egípcio, Freud retoma o narcisismo das pequenas diferenças para mostrar que a combustão das ações violentas, à época empreendidas contra o outro portador da diferença, o Judeu, era o ponto de partida para construir um pensamento rigoroso sobre a política racial nazifascista. O estrangeiro, na construção da identidade de um povo, “Moisés, um egípcio”, reitera o princípio psicanalítico de que a origem do sujeito, individual e coletivo, advém do Outro, do heterogêneo em relação a si mesmo; do estrangeiro como condição da identidade. Essa é uma das grandes contribuições da psicanálise para apreensão sociopolítica da cultura (Fuks, 2014). Afinal, “O eu não [diz Freud] é senhor de sua própria casa” (Freud, 1976/1926, p. 261), E tampouco um povo ou um Estado o é (Freud, 1914/1939, p. 70).

O espírito crítico de Freud antecipou, de alguma forma, o inimaginável que estava por vir. O conflito de entre os Estados modernos não era apenas tão cruel e implacável quanto os que o precederam, mas o mais destrutivo graças aos desenvolvimentos técnico-científicos da modernidade que foram colocados a serviço da destruição. Em outras palavras, o *perigo mora ao lado do progresso*. Retomando uma das questões que levantamos no prólogo deste ensaio em relação à ciência e a tecnologia, não é difícil reconhecer que se elas protegem o homem das forças da natureza, das doenças que precipitam a morte e trazem bem-estar e mudanças consideráveis à civilização; por outro lado, são aquisições que podem vir a proporcionar poderes desmesurados ao “deus de prótese”. Freud cria a metáfora deus-protético para designar o poder quase que divino que as invenções científicas e tecnológicas proporcionam ao homem moderno (Freud, 1930/2020, p. 340). Essa crítica ao uso perverso das conquistas científicas pelo Estado, que inclui em seus cálculos de poder a crueldade arbitrária - promover ações violentas que sob sua vigência não se configuram como tais - mostrou-se premonitória diante dos acontecimentos no Complexo de Auschwitz e em Hiroshima

A invenção de máquinas fabricantes de cadáveres - que os faziam entrar no ciclo da produção/consumo (reciclagem sob a forma de sabão) – sabemos, não foi apenas um acidente único da História, mas inerente ao próprio progresso técnico-científico, a serviço do ideal de construção de uma sociedade sem Outro (Hassoun, in Koltai, 2000, p. 77). No calor pós-guerra, Lacan, tendo como fundo contemporâneo essa tragédia, circunscreveu em sua Proposição ao analista de sua Escola, o real em jogo na constituição dos campos de concentração e propõe a tese de que “aquilo que a humanidade viu deles emergir,

representa a reação de precursores com relação ao que irá se desenvolver no remanejamento dos grupos sociais pela ciência, em sua tentativa de universalização e normalização da sociedade” (Lacan, 1969, p. 29). Advertia, assim, que certo discurso da ciência alimentador do sonho de normalização da sociedade, determinaria avanço de um dos mais cruéis sintomas da civilização contemporânea. Com isso, Lacan deixa claro que o conflito entre religião e psicanálise, tal como tinha sido teorizado por Freud, estava superado e que chegara a hora de os psicanalistas se darem conta de seu deslocamento para um outro registro: psicanálise, religião e ciência (Koltai, 2010, p. 76).

Ciente dessa mudança, Ghyslain Levy, em seu livro *L'ivresse du pire* (2010), convoca a urgência dos psicanalistas passarem a pensar *com o mal-estar*, e não o mal-estar, relacionado a constatação de uma ausência radical da vida do espírito em nossa era. Isso porque as novas formas de mal-estar trazem a marca das catástrofes totalitárias do século XX, revelando as potencialidades de gozo autoexterminador da espécie humana, mais precisamente o direito de matar sem ódio. Se Hiroshima constituiu um acontecimento que colocou o mundo sob sua égide e tornou possível a lógica do pior (Derrida, 2001), um mal absoluto passou a estender-se à sombra de uma ameaça. O bombardeio atômico sob a cidade japonesa, definiu a possibilidade de a vida humana ser eliminada, numa fração de segundo, da face da terra.



Iri & Toshi Maruki: *Fogo (Painel II)* da série *Painéis de Hiroshima* (1950)

De fato, a introdução do poder atômico nos conflitos armados aumentou as capacidades de destruição por meio de avanços tecnológicos que atingiram um nível universal e inédito, o que provocou não apenas mudanças na relação do sujeito com a finitude da vida, seu destino mortífero, como também a reorganização dos grupos sociais. Quanto mais distante o ato técnico da destruição estiver de seu alvo, mais abstrato ele se torna e mais difícil se torna, para aquele que o realiza, imaginar-se no lugar da vítima, que por isso mesmo se torna virtual. No assassinato em massa, principalmente em suas formas tecnologicamente avançadas, a ausência de ódio chama atenção. A partir desse momento, o ódio ao inimigo desaparece e se torna importante matar sem ódio. Essa progressiva de-subjetivação desemboca em que o agente não se reconheça mais em seu ato, ao tornar-se o crime uma catástrofe natural.

Não se trata mais de saber como a humanidade deve continuar a existir, mas como apontou o filósofo Gunter Anders, conforme citado em *Les territoires de la Haine* (Kahn, 2014), se ela deve ou não continuar a existir. Afirmativa não muito distinta

daquela que lemos no livro com o qual abrimos o presente artigo, “O mal-estar na cultura”: “A questão do destino da espécie humana parece-me ser o de saber, em que medida, o seu desenvolvimento cultural será bem-sucedido em dominar a perturbação trazida à sua vida em comum através da pulsão de agressão e de autodestruição” (1930/2024, p. 405). Dito isso, é hora de nos perguntarmos se existe uma possibilidade de dirigir o desenvolvimento pulsional de modo a que ele fique mais preparado contra o ódio e a destruição. Como já dizia Freud, a única coisa que podemos tentar fazer é desviar a agressividade inerente às pulsões, de modo que ela não encontre sua expressão na guerra, como veremos mais adiante. A questão é saber como fazer isso em nossos tempos, em que o gozo do pior assume a forma de uma paixão cruel que se desencadeia em todos os lugares onde se torna possível exercer seu poder de negação do humano.

Será que nos restará, enquanto seres humanos, um resquício indestrutível que possa resistir a esse gozo do pior? Afinal, resistiremos à sedução do canto das sereias contemporâneo? Em outras palavras: deixar-nos-emos seduzir pelo progresso técnico-científico contemporâneo? Ou problematizaremos a relação da biotecnologia com a biopolítica construída por Michel Foucault (4) - práticas de eugenia, ou melhoramento genéticos; intervenção no código genético e outras interferências que tratam de transformar o corpo em um objeto de valor econômico. Cederemos ao canto ensurdecido do progresso armamentista? Avanço que aumenta inevitavelmente o poder decisório dos Estados, com potencial atômico, de levar a humanidade à Terceira Guerra Mundial.

“Wo es war, soll ich werden”

Tratemos, por último, do modo como Freud pensou e formulou estratégias de resistência à Guerra. Na troca de cartas entre ele e Albert Einstein, publicadas nas *Obras Completas* sobre o título “Por que a guerra?”, o físico se apresenta ao psicanalista como um pacifista, livre de afetos de natureza nacionalista e como alguém que reconhece que as barreiras contra o poder e a violência tem suas raízes plantadas no psiquismo, e que espera poder extrair da psicanálise uma nova e frutífera modalidade de ação contra a guerra. Esperança que o encoraja a endereçar uma questão a Freud: “Existe uma possibilidade de conduzir o desenvolvimento psíquico dos seres humanos de modo que se tornem capazes de resistir da psicose do ódio e à aniquilação”? (Einstein, 1933/2020: 424)

Freud responde à interpelação com uma outra pergunta: “Por que nos indignamos tanto com a guerra, o senhor e eu, e tantos outros, por que não a aceitamos como mais uma das muitas penosas desgraças da vida?” (Freud, 1933/2020, p. 439). Com estilo de escrita inconfundível, responde a própria questão de modo inteiramente inusitado. Longe de considerar, como era de se esperar, que a recusa à barbárie é uma consequência imediata da lógica da razão, garante que, para alguns homens, o horror à guerra resultaria, provavelmente, de um determinismo quase orgânico circunscrito pelas “alterações psíquicas que o ser humano experimentou, desde que determinados gozos incomensuráveis sofreram um deslocamento progressivo das metas pulsionais e de uma restrição das moções pulsionais” (idem, p. 440).

Poucas linhas depois, Freud deixa mais claro o porquê dessa tese: no curso do longo processo civilizatório, determinados gozos incomensuráveis que o homem um dia teria experimentado, foram sendo reprimidos a ponto de determinar fundamentos orgânicos nas modificações nas exigências éticas e estética da humanidade (idem, p. 441). E assim, alguns seres humanos foram-se tornando pacifistas de modo absolutamente singular: desenvolveram uma aversão ética, situada mais além do ideal de erradicar o mal,

capaz de minorar a experiência da barbárie no plano político. Indignar-se contra a guerra, lemos na carta a Einstein, significa “para nós pacifistas uma intolerância constitucional, uma idiosincrasia de alguma forma levada ao extremo” (idem). Talvez o uso da expressão “intolerância constitucional” tenha sido apenas um recurso da retórica freudiana, para falar de uma estratégia de combate à guerra só pode emergir no campo da ética.

Como, então, sustentar esta estratégia? Nesse quesito, não é possível responder à questão sem inscrever as palavras de Freud ao físico, na perspectiva aberta pelo ensaio “Considerações sobre a guerra e a morte”. Não apenas porque tanto a carta quanto o ensaio foram redigidos no contexto de guerra e pré-guerra, mas também pelo fato de que em ambos o psicanalista reconhece que a paz não é feita para durar. O psicanalista não se deixa enganar pelas ilusões; prefere seguir o velho ditado latino - *Si vis pacem, para bellum*. “Se queres preservar a paz, prepara-te para a guerra” e adequá-lo à modernidade: *Si vis vitam, para mortem*. Se queres suportar a vida, prepara-te para a morte (Freud, 1915/2020, p. 132).

Na verdade, o ditado latino, não deixa de ser uma formulação ética, uma expressão de princípio. E porque Freud o teria adequado ao conflito pulsional entre vida e morte? Para responder à pergunta, cabe aqui pedir socorro à Conferência 31, proferida no mesmo ano da carta enviada a Einstein. Nessa conferência, encontramos uma das mais claras ou talvez a única formulação relativa à ética da psicanálise *Wo es war, soll ich werden* - “Onde isso estava, devo advir”. Nesta ocasião, já consciente dos limites da psicanálise, admite que os propósitos terapêuticos da psicanálise se assemelham à uma obra da cultura, não diferente da drenagem de um rio caudaloso: à psicanálise caberia “fortalecer o eu, fazê-lo mais independente do supereu (...), o imperativo psíquico da pulsão de morte, de maneira a poder assenhorear-se de novas partes do isso. Onde isso estava, devo advir” (Freud, 1933/1976: 74).

Como nos lembra, entretanto, Slavoj Žižek; “o (...) inconsciente não é terreno exclusivo das pulsões violentas; é também o lugar desde o qual uma verdade traumática fala abertamente” (2010, p. 9). Influenciado pela ideia lacaniana de que é na apreensão desta verdade que reside a prática psicanalítica, o filósofo, com muita propriedade, traduz o adágio freudiano da seguinte maneira: “Eu deveria ousar aproximar-me do lugar de minha verdade”, uma “verdade insuportável com a qual devo aprender a viver” (Žižek, 2010, p. 9). Em última instância, esta versão reafirma que a psicanálise, teoria e prática, coloca o sujeito ante o real traumático para despertá-lo ao acontecer da vida e à alteridade da morte.

Posto isto, encontramos-nos em condições de fazer nossa própria leitura do antigo ditado latino *Si vis pacem, para bellum*, em consonância com a leitura lacaniana do adágio freudiano *Wo es war, soll ich werden*; a saber: “Se queres preservar paz, aproxima-te da crueldade que te habita e com a qual deves aprender a viver”. Maneira de fazer com que o excesso de crueldade passe à palavra que diga não ao insuportável.

Resta dizer que, ainda que no plano do coletivo, o analista esteja impedido de exercer a clínica sob transferência (como ocorre no desenrolar da análise do sujeito), por razões éticas, ele não pode deixar de se opor às manifestações de barbárie que se perpetuam através dos séculos, travestidas com as roupagens de progresso cultural. Uma posição que impede a psicanálise de ficar neutra na luta entre o obscurantismo da barbárie e o progresso espiritual, liga-se à sua responsabilidade cívica, de modo inexorável. Espera-se de um analista que, em nenhuma circunstância, por distinguir as forças mais enigmáticas da natureza humana, justifique condutas que venham a colocar em risco o laço social. O saber psicanalítico não pode legitimar a crueldade, sob pena de torná-la mais violenta. Por outro lado, o analista não deve, a rigor, alimentar o sonho de um futuro

messiânico que possa vir a vencer as tendências humanas cruéis e destrutivas. Tampouco deve regar o pessimismo desenfreado de que Tanatos conduzirá à extinção da raça humana. Segundo Freud, estes são falsos dilemas que implicam na tendência a apagar todas as diferenças no interior das reflexões e críticas sobre os destinos da cultura e o futuro da psicanálise.

Justamente porque a teoria freudiana reconhece a guerra como uma realidade ininterrupta na História, o psicanalista deve comprometer-se com toda e qualquer iniciativa pública de minorar o exercício da crueldade e da destruição. Trata-se de uma questão ético-política; arte pela qual podemos seguir combatendo através da palavra a crueldade sem fim que anima homens nobres ou vis. Nunca é demais seguir o exemplo de Freud. Sem pessimismo, nem tampouco otimismo - dois lados de uma mesma moeda, que se contentam em enxergar apenas uma face dos problemas - ele, que já havia muito cedo reconhecido a impossibilidade de uma humanidade pacificada com o bem, não deixou de reconhecer que “tudo aquilo que trabalha pelo desenvolvimento da cultura, trabalha também contra a guerra” (Freud, 1960/1982, p. 398). Aposta concentrada na luta imbatível entre dois gigantes: o amor e a morte. Até mesmo porque, que espécie de futuro nos aguardará “se não aprendermos a distrair as nossas pulsões do ato de destruir a nossa própria espécie, se continuarmos a odiar um ao outro por pequenas disputas e matar um ao outro por um ganho mesquinho?” (Freud, 1960/1982, p. 398)

Referências:

- Birman, J. *Guerra e política em psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.
- Derrida, J. *Estados da alma da psicanálise – o impossível para além da soberana crueldade*. São Paulo: Escuta, 2001.
- Freitas de Macedo, L. *A escrita de um trauma*. Rio de Janeiro: Subversos: 2014.
- Freud, S. (1976). Conferencias de introducción al psicoanálisis. 19º conferencia. In: *Obras completas de Sigmund Freud*, Buenos Aires: Amorrortu, v. 16. (Originalmente publicada em 1916).
- Freud, S. (1976). Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis. 31ª Conferencia. La descomposición de la personalidad psíquica. In: *Obras completas de Sigmund Freud*, Buenos Aires: Amorrortu, v. 22. (Originalmente publicada em 1932).
- Freud, S. (1982) *Correspondência de amor e outras cartas [1873-1939]*. Ernst L. Freud (org). Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Freud, (2013) *Totem e Tabu*. Porto Alegre: L&PM. (Originalmente publicado em 1913).
- Freud, S. (2018) Contribuições para a psicologia da vida amorosa. O tabu da virgindade. O tabu da virgindade. In: Amor, sexualidade, feminilidade. *Obras incompletas de Sigmund Freud*. São Paulo: Editora Autêntica. (Originalmente publicado em 1918)
- Freud, S. (2020). Considerações contemporâneas sobre a Guerra e a Morte . In: Cultura, Sociedade, Religião: O mal-estar na cultura e outros escritos. (Obras incompletas de Sigmund Freud. São Paulo: Editora Autêntica. (Originalmente publicado em 1915).
- Freud, S. (2020). *Além do Princípio do Prazer* São Paulo: Editora Autêntica. (Originalmente publicado em 1920).
- Freud, S. (2020). “O mal-estar na cultura e outros escritos”. In: Freud, S. (2020). Cultura, Sociedade, Religião: O mal-estar na cultura e outros escritos. (Obras incompletas

- de Sigmund Freud) São Paulo: Editora Autêntica. (Originalmente publicado em 1921).
- Freud, S. (2020). *Psicologia das massas, análise do Eu*. In: Freud, S. (2020). *Cultura, Sociedade, Religião: O mal-estar na cultura e outros escritos*. (Obras incompletas de Sigmund Freud) São Paulo: Editora Autêntica. (Originalmente publicado em 1921).
- Freud, S. (2020). *Por que a guerra?:* In: Freud, S. (2020). *Cultura, Sociedade, Religião: O mal-estar na cultura e outros escritos*. (Obras incompletas de Sigmund Freud) São Paulo: Editora Autêntica. (Originalmente publicado em 1932).
- Freud, S. (2018) *O homem Moisés e o monoteísmo*. Três ensaios. Tradução Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2014 . (Originalmente publicado em 1939).
- Freud, S. *Correspondência de amor e outras cartas (1873-1939)*. Ernst L. Freud (org) . Rio, Nova Fronteira, 1982
- Fuks, B. B. O pensamento freudiano sobre a intolerância. *Revista Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia da PUC/RJ. V.19, n.1,p.59-73 – 2007.
- Fuks, B.B. “Da guerra e do pacifismo: Temas da atualidade”. In: *Revista de Psicanálise* v.I n.I. São Paulo, 1987
- Fuks, B. B. *O homem Moisés e a religião monoteísta – Três ensaios: o desvelar de um assassinato*: Coleção Para ler Freud. Org. Nina Saroldi. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- Foucault, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Kahn L., “Le heros negative”, In *Les territoires de la Haine* PUF 2014
- Koltai, C. *Psicanálise e política*. O Estrangeiro, São Paulo, Escuta, 2000
- Koltai, C. *Totem e Tabu: um mito freudiano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.
- Lacan, J. (1991). *O Seminário: livro 7. A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (Originalmente publicado em 1960).
- Lacan, J. (1995). *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Originalmente publicado em 1960).
- Lacan, J. (2024). *O Seminário, livro 14: A lógica do fantasma*. Editora Zahar. (Originalmente publicado em 2023).
- Lacan, J. *Proposition du 9 octobre*, Sclicet, 1. Paris, Seuil, 1969, p. 29
- Levy, G. *L'ivresse du pire*. France: Campagne Prèmier. (2010)
- Levi, Primo. *É isto um homem?* Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro. Rocco. 1988.
- Silva Jr, N. A Pulsão de morte e sua crueldade sem alibi: In: *Dossiê: A pulsão de morte a destruição do sujeito na cultura e na política*. São Paulo: Revista Cult n. 256, janeiro de 2020.
- Zaltzman, N. *L'esprit du Mal*, 2007, Ed. de l'Olivier, 2007
- Zizek S. (2010). *Como Ler Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Notas:

(1) Muçulmano: a origem do termo é árabe, “muslim”, palavra que nomeia aquele que se submete incondicionalmente a Deus. O uso desse termo no Complexo de Auschwitz, é um indicativo de que os “muçulmanos” eram aqueles que se curvavam a toda a sorte de crueldades que os nazistas lhes imputavam . (Cf. Bravo,G.P. “Campo de extermínio: O “muçulmano” como paradigma da vida nua. *Revista do Laboratório dos Estudos da Violência e Segurança da UNESP*. Edição de maio de 2013, pp. 89-103. <https://www.marilia.unesp.br/#!/noticia/1856/revista-do-laboratorio-de-estudos-da-violencia-e-seguranca/>)

(2) O conceito de Guerra Total aparece, pela primeira vez no contexto da Grande Guerra, no livro *La Guerre Totale* (Hachete Livre, 2018), de Leon Daudet. O autor defende a tese de que a primeira guerra do século XX mobilizou não só as forças militares, como toda a sociedade, com vistas ao confronto das nações. Em 1935, o general alemão Erich Ludendorff, em *Guerra Total* (Spanish, Edition eBook Kindle), reforça a ideia de Daudet, dentro de uma perspectiva mais fatalista, de que em tempos de guerra, a sociedade civil e militar devem ficar a serviço do conflito. Assim sendo, pode-se concluir que, se a Guerra Total obriga à mobilização global e total das sociedades nacionais com vista a um enfrentamento entre povos, o seu corolário não pode ser senão o aniquilamento, extermínio e genocídio do povo derrotado. (Cf. Antônio Paulo Duarte, “A visão da Guerra Total no pensamento Militar”. In: *Noção & Defesa*. N. 12. S III. Pp 33-50. 2005. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/1150>. Acesso em 20.09.2024).

(3) A pulsão de agressão emerge da força pulsional e as exigências do mundo externo, situando-se portanto na base do sadismo.

(4) Michel de Foucault identifica no livro *Em defesa da Sociedade* uma modificação na relação do poder político com a vida e a morte, a partir do século XIX. Se antes os “velhos direitos da soberania tinha como norte o direito de fazer morrer ou deixar viver” (1999:287),; na nova relação, a qual o filósofo caracteriza como *Biopoder*, o poder é, cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no “como” da vida [...] o poder intervém sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas eventualidades, suas deficiências e daí por diante a morte, como termo da vida, é evidente o termo, o limite, a extremidade do poder (1999: 295).

(5) A correspondência foi favorecida pela Liga das Nações e seu Instituto internacional, antecessora da Organização das Nações Unidas (ONU) que, por sugestão de Einstein, convidou Freud a debater com o físico o tema da guerra.

Citação/Citation: Fuks, B. B.; Koltai, C. (2024). *Guerra, Morte – Resistiremos ao canto das sereias contemporâneo? Trivium: Estudos Interdisciplinares* (Ano XVI, no. esp.), pp. 7-20.

Recebido em: 03/08/2024

Aprovado em: 10/10/2024